

Licenciatura em Ciências Sociais

Sociologia 2





Ministério
da Educação



Presidente da República Federativa do Brasil

Dilma Rousseff

Ministro da Educação

Aloisio Mercadante

Presidente da Capes

Jorge Almeida Guimaraes



Universidade Federal de Alagoas

Reitor

Eurico de Barros Lobo Filho

Vice-Reitor

Rachel Rocha de Almeida Barros

Coordenador UAB/CIED

Luis Paulo Leopoldo Mercado

Coordenador Adjunto UAB/CIED

Fernando Silvio Cavalcante Pimentel

Coordenação de Projetos e Fomentos/CIED

Mylena Araujo

Coordenadora do Núcleo de Formação/CIED

Lilian Carmen Lima dos Santos

Coordenação de Tutoria/CIED

Rosana Saria de Araujo

Coordenador do Núcleo de Comunicação e Produção de Materiais Didáticos/CIED

Guilmer Brito

Responsável pelos Projetos de Design

Gráfico/CIED

Raphael Pereira Fernandes de Araújo

Projeto Gráfico

Luiz Marcos Resende Júnior

Diagramação e Finalização

Lucas Gerônimo Villar

Sociologia 2

Professor:

Wendell Ficher Teixeira Assis

Disciplina 1

Revisão ortográfica:

Prof. Wilson Bomfim

Coordenação de curso:

Luciana Santana

Coordenação de tutoria:

Júlio Cezar Gaudêncio Silva

Supervisão Teórica:

Luciana Santana e João Vicente R. B. C. Lima

Revisão de Conteúdo:

Evaldo Mendes da Silva/ Luciana Santana

D1

APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR

Olá pessoal, meu nome é Wendell Ficher Teixeira Assis, atualmente, sou professor de sociologia do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas. Durante minha trajetória acadêmica cursei graduação em Ciências Sociais e Mestrado em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tenho experiência no ensino médio e superior, além de ter atuado no ensino à distância como tutor do curso de especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, ministrado na Universidade Federal de Minas Gerais. Para maiores informações acerca do meu currículo segue o link da plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que congrega informações de pesquisadores de todo o país

PLANO DA DISCIPLINA

Curso: Licenciatura em Ciências Sociais

Disciplina: Sociologia II

Carga horária total: 60h (presencial: 20h / online: 40h)

Professor: Wendell Ficher

Ementa:

Conceitos fundamentais da teoria marxista através da leitura de textos clássicos; Hegel, economia clássica e socialismo utópico.

Conteúdos:

Unidade I – Antecedentes Teórico-Metodológicos da obra de Karl Marx

- a) Vida e obra entrelaçadas**
- b) Diálogo entre Marx e Hegel**
- c) Diálogo com Feuerbach – oposição entre concepção materialista e idealista**

Unidade II – O legado de Marx e o desvendamento da sociedade capitalista

- a) Intercessões entre o pensamento de Marx e a Economia Política Clássica**
- b) Dialética e o método do materialismo histórico**
- c) Manifesto do Partido Comunista**
- d) Forças produtivas e Relações Sociais de Produção**
- e) Marx e a compreensão dos conceitos de estrutura e superestrutura**

Unidade III – Classe e valor trabalho como categorias de análise no pensamento de Karl Marx

- a) Classes e estrutura social na sociedade capitalista**
- b) Trabalho e alienação**
- c) Mais-Valia**
- d) Mercadoria: Distinção entre valor de uso e valor de troca**
- e) O caráter fetichista da mercadoria**

Unidade IV – Conflito, luta de classe e revolução: Os processos de mudança social na obra de Marx

- a) Revolução e golpe**
- b) Luta de classes e Conflito**
- c) A superação histórica do modo de produção capitalista**

•

Metodologia

INTRODUÇÃO

Agora que já temos o plano que orientará nossa jornada lhes convido, literalmente, a navearem pelos mares do pensamento de Marx. Espero que essa nossa viagem seja baseada no aprendizado mútuo e que possamos trocar experiências enriquecendo nossos horizontes teóricos e práticos. Para estimular nossa empreitada lhes reproduzo um trecho do nosso autor, escrito como prefácio à edição francesa de *O capital*, que é sem sombra de dúvidas sua obra-prima, escreve-nos Marx; não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus montes luminosos (Marx, 1996, p. 143).

UNIDADE 1:

Disciplina 1

Antecedentes Teórico- Metodológicos da obra de Karl Marx

a) Vida e obra entrelaçadas

Karl Marx (1818-1883) nasceu em Tréveris, nesse período Reino da Prússia, mais tarde Alemanha, fruto da união entre um advogado judeu convertido ao luteranismo e de uma mulher que tinha forte influência da religiosidade judia e se ocupava dos afazeres domésticos, um traço comum nos lares daquela época. Em 1835, aos 17 anos, transfere-se para Bonn para cursar a Faculdade de Direito, entretanto, no ano seguinte por influência de seu pai, que julgava que o aproveitamento não estava a contento, interrompe o curso e se muda para Berlim onde nos quatro anos seguinte se dedicará ao doutoramento em Filosofia plena. É dessa época o contato de Marx com a obra do filósofo alemão Friedrich Hegel, que marcará toda sua trajetória intelectual, sobretudo, as formulações de Hegel sobre a relação entre Estado e sociedade civil, tema esse que terá grande amplitude nas formulações posteriores de nosso autor. O plano de Marx ao findar o curso de filosofia era de se estabelecer como professor universitário, mas seu ideário político e suas visões de mundo lhe impuseram dificuldades na consecução dessa meta.

Em 1842, frustradas as possibilidades de desempenho acadêmico, Marx se muda para Colônia e aceita o convite para dirigir um jornal burguês intitulado Gazeta Renana, que nesse período faz forte oposição ao absolutismo de Frederico Guilherme IV, que havia se tornado imperador da Prússia dois anos antes. Marx imprime um tom radical e de contestação ao jornal, sendo dessa época uma série de artigos, denominada Debates acerca da Lei sobre o Furto de Madeira, que contesta a criminalização dos camponeses que nesse período tinham como prática catar nos bosques gravetos de madeira caídos das árvores. No argumento de defesa dos camponeses, Marx aciona os princípios de um direito consuetudinário, baseado no costume tradicional, que não poderia ser quitado sob pena de comprometer a sobrevivência das famílias campesinas, que extraiam daí não só a lenha para produção dos alimentos, como o combustível para o aquecimento das casas durante o rigoroso inverno. É na redação da Gazeta Renana, nesse mesmo ano, que Marx se encontra pela primeira vez com Friedrich Engels, que se tornará seu grande amigo, colaborador e financiador.



Metas da Aula

Nessa unidade passearemos pela história de vida de Marx entrelaçada com sua produção científica. Veremos que até mesmo durante a lua de mel nosso autor se dedicou à compreensão da sociedade moderna. Em seguida, abordaremos as influências filosóficas do pensamento de Marx, que advieram de dois importantes intelectuais alemães Friedrich Hegel e Ludwig Feuerbach.

Disciplina 1

Em 1843, dado o acirramento crítico do jornal, Marx assistirá o contínuo minguar dos financiamentos burgueses ao jornal e se dará conta que suas propostas revolucionárias de substituição da monarquia absolutista pela democracia não seriam encampadas pela aristocracia burguesa. É em virtude desses acontecimentos, que Marx percebe, pela primeira vez, que a articulação de diferentes frações da classe dominante pode minar os clamores transformadores e manter a ordem excludente de pé. O jornal sofre interdição sendo fechado pelo governo absolutista.

Em meados de 1843, Marx se casa com Jenny Von Westphalen filha de um barão da Prússia, com a qual ele já mantinha um noivado às escondidas desde o início de seus estudos, em virtude da oposição ao matrimonio por parte de ambas as famílias. Em decorrência do fechamento do jornal, Marx se vê desempregado e decide se mudar para Paris, no transcurso da viagem que realiza com sua mulher, resolvem fazer uma parada em Kreuznach, que é uma estância termal e turística, onde curtiariam alguns dias de descanso e lua de mel. É nessa estância termal e durante os dias de descanso e lua de mel, que Marx se debruçará avidamente sobre a Filosofia do Direito de Hegel redigindo um primeiro manuscrito crítico que questiona as noções de Estado e sociedade civil. De um modo geral, Marx torna democrático o que é aristocrático em Hegel, acusando-o de mistificação e de pouco realismo, e reforça a soberania popular em oposição ao poder da monarquia constitucional, privilegiada na obra do idealista alemão. Sobre esse manuscrito de 1843, Engels escreveu no artigo “Karl Marx” (1869): “Reportando-se à filosofia do direito de Hegel, Marx chegou à conclusão de que não era o Estado, apresentado por Hegel como o ‘coroamento da construção’, mas muito antes a ‘sociedade civil’, que constituía a esfera na qual se deveria procurar a chave para a compreensão do processo de desenvolvimento histórico da humanidade”.

Em 1844, já em Paris, Marx colabora com a publicação dos Anais Franco-Alemães, no qual contribui com dois artigos: “A questão judaica” e “Introdução a uma crítica da filosofia do direito de Hegel”, esse último cujo esboço havia

sido iniciado lá na lua de mel. Nesse mesmo ano, estreita os laços de amizade com Engels e publica artigos em “O avante” órgão de imprensa dos operários alemães imigrados na França. É durante esse ano, que Engels publica Esboço para uma Crítica da Economia Política, obra que influenciará profundamente os escritos e as reflexões de Marx sobre a economia capitalista. No ano de 1845, em decorrência de um artigo publicado sobre a greve na Silésia, região hoje situada entre a Polônia e a República Checa, Marx é expulso da França a pedido do governo prussiano e se muda para Bruxelas onde renuncia à cidadania prussiana.

Em 1847 Marx se filia a Liga dos Justos, cujo lema era todos os homens são irmãos, logo do ingresso de nosso autor a Liga é renomeada para Liga dos Comunistas, sinalizando uma mudança de rumos já sob a influência de Marx que argumenta; “existe uma infinidade de homens dos quais de maneira nenhuma me sinto irmão”. Realiza-se em Londres em junho desse ano o primeiro congresso da associação no qual é encomendado a Marx e Engels a redação de um manifesto dos comunistas. O Manifesto do Partido Comunista é redigido no segundo semestre de 1847 e publicado em fevereiro de 1848, ano em que insurge um movimento revolucionário de bases populares que inflama toda Europa. O governo revolucionário francês convida Marx à se transferir para Paris, depois que o governo belga o expulsa de Bruxelas, mas aproveitando o clima de insurgência transformadora, ele resolve retornar à sua pátria e se estabelece novamente em Colônia, onde com a colaboração de Engels, começam a editar o jornal Nova Gazeta Renana. Em artigos publicados no jornal acusa a burguesia alemã de traição e proclama o terrorismo revolucionário como único meio de amenizar “as dores do parto” da nova sociedade nascente.

No início de 1849 as insurreições são reprimidas violentamente em toda Europa, em Paris os revolucionários são brutalmente massacrados pelo General Cavaignac, em Colônia é decretado Estado de Sítio e o movimento insurgente refluí e perde força. Com a repressão ao movimento, Marx é gentilmente convidado a deixar o país, para não dizer novamente expulso. O jornal em difícil situação é extinto, Marx em condição financeira precária

(vende os próprios móveis para pagar as dívidas), tenta voltar a Paris, mas, é impedido de ficar e obrigado a deixar a cidade em 24 horas. Por intercessão de Ferdinand Lassalle, lança-se a uma campanha de arrecadação de fundos promovida na Alemanha, para que Marx tenha condição de se estabelecer com a família em Londres.

O início da década de 1850 será um período de penúria financeira para a família Marx, que subsiste em grande medida, graças às contribuições do amigo Engels, cujos negócios no ramo da indústria se consolidam. Em 1852 começa a redigir e publica o 18 Brumário de Luis Bonaparte, que analisa o período de insurgência na França e os movimentos de reação conservadora que desembocam na dissolução dos movimentos revolucionários e na condução ao poder de Luis Bonaparte, sobrinho de Napoleão, que mais tarde irá restaurar a monarquia declarando-se imperador da França. É desse livro a célebre frase de Marx; “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Entre 1853 e 1856 ganha a vida redigindo artigos para jornais europeus e estadunidenses o que ajuda a amenizar a escassez financeira. Já em 1857 retoma os estudos sobre economia política por considerar iminente uma nova crise sociopolítica e econômica na Europa. Nessa época passa os dias e noites no Museu Britânico e trabalha em casa madrugada adentro, descansando somente aos domingos ou quando caía enfermo. Os resultados desse trabalho começam a aparecer nos manuscritos que viriam a ser conhecidos como *Grundrisse*: Esboços de uma crítica da economia política, que por sua vez, servirão de base à obra *Introdução à crítica da economia política*, publicada somente em 1859, porque faltava a Marx os recursos para fazer a postagem dos originais para o editor de Berlim.

Em 1861, enfermo e depauperado, Marx vai à Holanda, onde o tio Lion Philip concorda em adiantar-lhe uma quantia, por conta da herança de sua mãe. A quantia recebida arrefece as dificuldades financeiras e possibilita a

retomada dos estudos para consecução de sua obra científica primordial, que já vinha sendo anunciada. Assim, em 1863 inicia a redação definitiva de *O Capital*, cuja primeira formulação é finalizada em 1865. Durante o ano de 1866 burila o texto, corrigindo-o e promovendo ajustes, não sem enfrentar os velhos problemas de saúde física e financeira. No princípio de 1867 é publicado o primeiro volume de *O Capital* que se tornaria uma das mais importantes obras da literatura científica e que influenciaria toda a tradição mundial do pensamento de esquerda. Nos anos finais da década Marx se dedica a elaboração do segundo volume de *O Capital*.

Ao iniciar os anos 1870, Marx se interessa pelos movimentos revolucionários que começam a convulsionar a Rússia e que tomam o poder na França instaurando a Comuna de Paris em 1871. Em 1873 é impressa a segunda edição de *O Capital* em Hamburgo e Marx envia exemplares a Darwin e Spencer. No entanto, por ordens de seu médico, é proibido de realizar qualquer tipo de trabalho. No transcorrer da década, Marx continua seus estudos sobre propriedade comunal na Rússia e elabora uma crítica ao programa do partido da social democracia alemã, que ficou conhecida como Crítica ao Programa de Gotha. Nessa obra que analisa a transição do sistema capitalista ao comunismo, Marx faz a defesa de um direito desigual cuja formulação seria a base da produção e distribuição na nova sociedade; “de cada qual, segundo sua capacidade, a cada qual segundo suas necessidades”. A partir de 1875, Marx assiste a tradução e publicação do volume I de *O Capital* para o Russo e Francês e em 1879 começa a trabalhar na elaboração do volume II e III que serão publicações póstumas.

Em 1881 morre sua esposa Jenny Marx e dois anos mais tarde sua filha de mesmo nome. Já deprimido pelas duas perdas e combalido pelos problemas respiratório que se agravam Marx falece em Londres, em 14 de março. É sepultado no Cemitério de Highgate.

Os diálogos de Marx

Para compreendermos os percursos do pensamento de Marx analisaremos seus diálogos com duas tendências filosóficas de sua época o idealismo de Friedrich Hegel e o materialismo antropológico de Ludwig Feuerbach, bem como suas intercessões críticas com o pensamento da economia política clássica nas figuras de Adam Smith e David Ricardo.

b) O dialogo com Friedrich Hegel

Na argumentação de Hegel a ideia é criadora da natureza e da história: o pensamento absoluto revela assim as leis do mundo como um vir-a-ser. O mundo real concreto é, portanto, a expressão do pensamento racional. É o raciocínio a formulação das ideias, que cria a existência de um mundo concreto. Nesse caso, minha ideia de sociedade é que cria e dá corpo a existência concreta da sociedade. O pensamento é, no esquema hegeliano, transformado em sujeito criador da realidade.

A influência de Hegel na filosofia alemã foi de grande magnitude, sobretudo, a partir da publicação dos Princípios da filosofia do direito, em 1820, momento em que sua teoria do Estado passa a ocupar lugar central no debate político europeu. Durante o período que Marx desenvolve seus estudos de filosofia entre 1836 e 1840 a difusão do pensamento hegeliano dará origem a duas correntes interpretativas, de um lado, os velhos hegelianos de direita que afirmaram a precedência do pensamento e da ideia sobre o real, de outro, os jovens hegelianos de esquerda, dos quais Marx se aproxima em um primeiro momento, que avançam numa revisão dessa precedência da ideia sobre a realidade material concreta. É nesse clima que Marx dialogará com a obra de Hegel escrevendo em 1842 um manuscrito, posteriormente, publicado sob o título de Crítica à Filosofia do Direito de Hegel. Nesse texto Marx afirma que na concepção hegeliana **o fato, saído da existência empírica, não é apreendido como tal, mas como resultado místico.** Na visão de Marx, Hegel não desenvolve seu pensamento a partir do objeto, mas

desenvolve o objeto segundo um pensamento previamente concebido na esfera abstrata da lógica (Marx, 2010, p.32).



Ideia x mundo real concreto

A charge abaixo ilustra de maneira bem humorada a distinção entre um mundo concebido como resultante do pensamento e outro com base na realidade concreta.



Fonte: <http://mettecc.wordpress.com>

A primazia da ideia sobre o mundo concreto é traço marcante na filosofia hegeliana onde a ideia é feita sujeito, enquanto que para Marx, ao contrário, a ideia deve ser desenvolvida a partir dos acontecimentos do mundo real. Marx considera que Hegel não deixa que a sociedade se torne o determinante real, pois para isso seria necessário um sujeito real e ele possui apenas um sujeito abstrato, uma imaginação (Marx, 2010, p. 136).

Aqui podemos ver uma importante contribuição hegeliana para o pensamento de Marx, que diz respeito ao conceito de dialética presente nas formulações de Hegel. Para compreendermos o que vem a ser dialética podemos pensar no exemplo de um debate entre dois amigos, um expõe uma ideia sobre o mundo, o segundo contrapõe apresentando um novo argumento, essas ideias diferentes entram em confronto, formando uma nova ideia que, ao mesmo tempo, representa e cria o mundo concreto. No esquema de Hegel a primeira ideia é uma tese, que entra em confronto com uma



Marx e o papel da crítica

Como acabamos de ver o diálogo de Marx com Hegel foi marcado pela crítica, não é sem razão que o livro escrito por Marx se chama Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. No transcorrer do curso, iremos ver como que para Marx fazer teoria é sempre realizar a crítica. Nesse caso uma teoria que não dialoga criticamente com a realidade não merece o estatuto de teoria. A teoria é essencialmente crítica, não podendo se abster de interatuar com a vida prática. Como exemplo do papel da crítica estão transcritos na sequencia dois trechos extraídos do próprio Marx;

A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação humana, desmascarar a autoalienação nas suas formas não sagradas. A crítica do céu transformase, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política (Marx, 2010, p. 146).

antítese, desse choque nasce uma síntese, que se consolida formando uma nova tese, que de novo repetirá o processo, numa continuidade infinita. Como se fosse um debate interminável no qual se forma e se cria o mundo. Marx irá reformular o conceito de dialética de Hegel, ao contrário da primazia das ideias que vigora em Hegel, proporá a união entre realidade e pensamento, afirmando a prevalência do mundo real concreto sobre o pensamento, são os diferentes interesses vigentes no mundo concreto que entram em conflito, dando origem as formas de pensar e ver o mundo.

Por isso que se costuma dizer que Marx virou o pensamento de Hegel de ponta cabeça, se na dialética de Hegel é a ideia que cria o mundo na medida em que se confronta com outras ideias, em Marx são as contradições do mundo concreto, a realidade material que dá fisionomia as ideias. O trabalho filosófico não consiste, portanto, em que o pensamento se concretize e crie as determinações políticas do mundo, mas que as determinações políticas existentes no mundo real integrem e forjem o pensamento abstrato (Marx, 2010, p.39). Para Marx era necessário romper com a filosofia idealista de Hegel, uma vez que ele havia convertido o mundo empírico-real em algo especulativo, ao mesmo tempo em que transformava a ideia especulativa em realidade empírica. É esse diálogo que possibilitará à Marx formular mais tarde a ideia segundo a qual “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (Marx, 1983, p. 24).

c) Diálogo com Feuerbach – oposição entre concepção materialista e idealista

Como vimos na sessão anterior, é no diálogo com a filosofia alemã que a obra de Marx vai ganhando contornos e novas feições. Nesse trajeto foram de grande valia as leituras que ele fez de Ludwig Feuerbach, que, por sua vez, imprime um conteúdo antropológico que interpreta a religião como uma forma de alienação e afirma que o pensamento nasce do ser e não o ser do pensamento. Feuerbach nega, portanto, o

idealismo hegeliano, aquele que vimos anteriormente onde a ideia antecede e cria o mundo, e afirma a primazia do mundo prático concreto e material. Os escritos de Feuerbach irão auxiliar Marx na sua crítica à filosofia de Hegel, no entanto, com o desenrolar do pensamento de nosso autor, até mesmo esse materialismo feuerbachiano se demonstrará insuficiente para explicar a realidade social que se desenvolve com o advento da sociedade capitalista urbano-industrial.

O diálogo de Marx com o materialismo de Feuerbach tem como ponto culminante uma obra intitulada *Ideologia Alemã*, que foi escrita em 1845 em parceria com seu amigo e colaborador Engels, mas que se manteve sem publicação até 1933. É com ironia que Marx se refere ao texto de *A Ideologia Alemã* ao menciona-lo no prefácio de outra importante obra “Contribuição à Crítica da Economia Política” – escreve Marx; Este projeto [A ideologia Alemã] foi realizado sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito, dois grandes volumes, estava há muito no editor na Vestefália, quando soubemos que novas circunstâncias já não permitiam a sua impressão. De bom grado abandonamos o manuscrito à crítica corrosiva dos ratos, tanto mais porque tínhamos atingido o nosso fim principal, que era enxergar claramente as nossas ideias (Marx, 1983, p. 26).

Marx & Engels se dedicam a redigir a *Ideologia Alemã* como forma de se autoesclarecerem e superarem as limitações do idealismo de Hegel e do materialismo teórico de Feuerbach. Embora o materialismo de Feuerbach representasse um avanço em relação à primazia das ideias sobre o mundo concreto, Marx afirma que esse ainda padece de um defeito; o de somente aprender o mundo sensível como objeto ou intuição e não como atividade humana concreta e prática. Na visão de Marx, fazia-se necessário levar esse materialismo contemplativo para além da teoria e fazê-lo comunicar com a vida prática, assim, promovendo a transformação concreta do mundo. Em outras palavras, poderíamos dizer que o materialismo de Feuerbach ainda se mantinha muito longe da vida do povo real, afeito ainda a uma linguagem teórica que não se deixa penetrar pela vida cotidiana do homem comum, do trabalhador, do camponês, da domestica. Tratava-se, para Marx, de estender o alcance da crítica para além dos limites

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas (Marx, 2010, p. 151).

do pensamento feuerbachiano, restrito ao campo teórico da religião e da ciência. A crítica devia explorar, e com ânimo redobrado, o campo prático da política (Enderle, 2010, p.14). A luta com base nas contradições do mundo real e na junção entre teoria e práxis será, portanto, o combustível do materialismo que Marx passa a difundir a partir de seu diálogo com a obra de Feuerbach. **Aqui merece destaque uma tese de Marx sobre Feuerbach que se tornou celebre; os filósofos somente interpretaram o mundo de diferentes maneiras, agora do que se trata é de transformá-lo.**

Na Ideologia Alemã Marx & Engels (2008) afirmam que as premissas de que partem não tem bases arbitrárias ou são dogmas, mas, ao contrário, possuem bases reais e concretas, que são capturadas por intermédio da abstração e da imaginação. Interessa, assim, decifrar os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Aqui são lançadas as bases do método do materialismo histórico dialético de Marx, que sugere ser necessário partir do mundo concreto para se atingir a formulação abstrata, e uma vez claramente estabelecidos os conceitos abstratos, regressar ao mundo concreto para enriquecer as ideias com toda a complexidade das determinações da vida real.



Marx e as condições materiais de existência

Marx dará muita importância às condições materiais de existências dos homens, afinal, um dos seus temas mais candentes diz respeito à análise das relações capitalistas de produção e ao deciframento das formas de exploração engendradas por esse sistema de produção. Importa saber, portanto, em quais condições sociais e estruturais os homens produzem sua própria existência física e material. No trecho transcrito abaixo podemos ver isso em detalhe na pena do próprio Marx;

A moral, a religião, a metafísica, e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência de

autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento, ao contrário, são os homens, que desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos de seu pensamento (Marx, 2008, p. 20).



Glossário

Comuna de Paris; Dá-se o nome de Comuna de Paris ao regime político instaurado na França em 1871 após uma vitoriosa revolução do proletariado. É considerada a primeira experiência de governo operário e teve uma duração oficial de 62 dias, de 26 de março a 28 de maio, sendo na sequência brutalmente reprimida pelo governo francês.

Ideologia – O termo ideologia foi cunhado na França e primeiramente utilizado por Destutt de Tracy, um soldado que integrava as forças opositoras de Napoleão Bonaparte. De Tracy definia a ideologia como sendo a ciência que estuda a origem e os sentidos das ideias. No entanto, a difusão da palavra se dará com outro significado, graças ao fato de Napoleão ter qualificado seus opositores como ideólogos atribuindo-lhes um sentido de deformadores da realidade. Em Marx e Engels a ideologia será tratada como formadora de uma consciência falsa e equivocada da realidade, porém, consciência necessária aos homens em sua convivência e intercâmbio social. A consciência falsa não resulta de manipulação calculista, mas se refere ao fato de pensarmos a realidade segundo padrões instituídos por uma determinada classe social dominante, que por sua vez, turva nossa compreensão impedindo que vejamos a concretude dos processos em que estamos envoltos.



Saiba Mais

Marx e o Método

Diferentemente de Durkheim e Weber que produziram obras que refletem sobre o método de pesquisa das ciências sociais, Marx não elaborou de forma sistemática um trabalho sobre as estratégias teórico-metodológicas utilizadas em suas construções analíticas. No entanto, é possível identificar em seus escritos momentos em que essa preocupação aflora, como por exemplo, no posfácio à segunda edição de *O Capital*, onde escreve Marx: É mister, sem dúvida, distinguir formalmente o método de exposição, do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isso se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori. Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia, – é o criador do real, e o real é apenas uma manifestação interna. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado (Marx, 1980, p. 16).



Referências

- Enderle, Rubens. Apresentação. In. Crítica da filosofia do direito de Hegel: 1843. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel: 1843. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: 1983.
- MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Disciplina 1

UNIDADE 2:

Disciplina 1

O legado de Marx e o desvendamento da sociedade capitalista

a) Intercessões entre o pensamento de Marx e a Economia Política Clássica

Aqui vamos nos deparar com um Marx que é produto da ciência de sua época e com um Marx que rompe com essa ciência e a supera, realizando uma análise do movimento do capital e da sociedade burguesa que, em seus delineamentos básicos, ainda tem muito a dizer, afinal, o capital, objeto de seu programa de pesquisa, continua dominando até hoje as relações sociais (Teixeira, 2000, p. 98). Se na unidade anterior vimos Marx realizando a crítica da filosofia de sua época e mostrando que o mundo real deve ter prevalência sobre a ideia, agora vamos ver o diálogo de Marx com os economistas que procuraram entender a realidade material e a produção de riquezas.

Para Marx os economistas clássicos, sobretudo Adam Smith e David Ricardo, absorviam os dados diretamente da realidade e os formulavam imediatamente como conceitos; com isso ficavam prisioneiros do jogo de aparências e viam nessas formas aparentes – tais como lucro, valor de uso, trabalho como produtor de valor – a forma essencial e natural de existência econômica (Teixeira, 2000, p. 100). Em sua crítica à economia política clássica, Marx afirma que o economista burguês, cujo cérebro é limitado, não sabe distinguir entre a forma aparente e o que nela se oculta. Assim, o empreendimento de Marx será desvendar as características e os traços não aparentes na superfície da produção das riquezas, aquilo que está de algum modo, obscurecido e escondido dos olhares menos treinados. No livro *O Capital*, no prefácio à primeira edição de 1867, Marx chamava atenção dos leitores para o fato de que na análise das formas econômicas não se pode utilizar nem microscópios, nem reagentes químicos, que diferentemente do físico que observa os processos da natureza quando esses estão livres de influências perturbadoras ou, quando possível faz ele experimentos que garantam a ocorrência dos processos em sua pureza, no caso da pesquisa econômica será a abstração com base na vida concreta que substituirá essas ferramentas (Marx, 1980, p. 4).



Metas da Aula

Nessa unidade iremos compreender como Marx analisa os mecanismos de produção material da vida social. Para nosso autor a vida social demanda um suporte material necessário cuja fabricação garante a reprodução de nós mesmos e de nossa prole. Iremos perceber um deslocamento do pensamento de Marx da crítica filosófica para formulação de uma teoria social e política. Nesse trajeto, a reflexão filosófica auxiliará na construção de uma teoria social que se endereçará ao desvendamento de um mundo comandado pela dinâmica de desenvolvimento do capital.

Disciplina 1

O desvendamento do mundo

O raciocínio teórico-metodológico erigido por Marx nos convida ao exercício da crítica e à ampliação dos horizontes. Isso nos habilita à estender nossa capacidade de absorção para além da mera aparência dos fatos, portanto, interessa romper com a névoa que nos turva a compreensão. Na pena de nosso autor;

Parece também paradoxal que a Terra gire ao redor do Sol e que a água seja formada por dois gases altamente inflamáveis. As verdades científicas serão sempre paradoxais, se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas (Marx, 1996, p. 98).

A crítica da econômica política possibilita à Marx unificar e relacionar a problematização filosófica anterior com o entendimento da dinâmica concreta da produção de riquezas revelando as categorias e determinações que lhes são inerentes e próprias. Aqui é de suma importância o conceito de dialética que vimos na unidade anterior, porque para entender a dinâmica da produção material de riquezas nas sociedades regidas pela lógica do capital, Marx empregará o raciocínio dialético que realça as contradições e conflitos para fazer surgir o não aparente.

Para além da economia clássica

Como na crítica à filosofia de Hegel, novamente no diálogo com os economistas clássicos, Marx se vale da leitura crítica para extrair elementos que o possibilitem avançar no entendimento da sociedade capitalista. Assim, percebe e desnuda as limitações da abordagem clássica, decorrente de sua proposital miopia, em não se indagar sobre as origens do lucro e da renda, preferindo uma saída que naturaliza a pilhagem e a exploração dos trabalhadores. A esse respeito, refletindo sobre a economia clássica, escreve Marx no posfácio da segunda edição de *O Capital*; O seu último grande representante, Ricardo, toma afinal conscientemente, como ponto de partida de suas pesquisas, a contradição dos interesses de classe, do salário e do lucro, do lucro e da renda da terra, considerando, ingenuamente, essa contradição

uma lei natural da sociedade. Com isso, a ciência burguesa da economia havia, porém, chegado aos seus limites intransponíveis (Marx, 1996, p. 135).

b) Dialética e o método do materialismo histórico

Para entender o que vem a ser lucro, salário, trabalho, Marx não se contenta em ver somente o que está aparente, como fizeram os economistas clássicos, que tomaram essas coisas como dados naturais. Será utilizando o raciocínio dialético que nosso autor, num movimento contínuo partirá da observação concreta, do que seja salário, trabalho, lucro, mas não irá parar na aparência que enxerga diante de seus olhos. Com base no que extrai da realidade, passará por meio da abstração à formulação de conceitos que ajudem a decifrar o que há de escondido, por fim, num terceiro movimento fará as formulações abstratas interatuarem com o mundo concreto sofrendo suas determinações. Não se trata somente de descrever, salário, trabalho, lucro, como algo natural e fora do desenrolar histórico, mas de desvelar os processos que turvam nossa visão e impedem que vejamos a atuação dos mecanismos de opressão. Como escreveu Marx, no Manifesto do Partido Comunista, que veremos adiante, “no lugar da exploração encoberta com ilusões políticas e religiosas, colocar a exploração seca, direta, despudorada e aberta” (Marx & Engels, 1997, p. 32).

Nessa construção dialética, o mundo concreto entra em contradição com a ideia e desse confronto nasce um novo entendimento mais real do próprio mundo. Esse será o procedimento adotado por Marx para analisar o desenvolvimento histórico material das sociedades, assim, nosso autor desnaturaliza os acontecimentos, ao mesmo tempo em que indica que a passagem de uma formação social à outra é fruto da contradição que se instaura entre distintos modos de produção. Assim, Marx promove uma junção entre história, sociedade e economia naquilo que se convencionou chamar materialismo histórico dialético.

O materialismo histórico dialético é uma abordagem metodológica que procura compreender as transformações

históricas pelas quais as sociedades passam utilizando para tanto a análise das condições materiais de produção. A evolução desde as mais remotas sociedade se dá, portanto, com base nas contradições e conflitos que se instauram e colocam em movimento a transição de um sistema social de produção para outro. De acordo com tal concepção, as relações materiais que os homens estabelecem entre si e o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas relações, mas essas relações não são imutáveis e infinitas estão todas inscritas na história, tendo um nascimento, um desenvolvimento e uma morte. Marx considera, portanto, que as relações de produção da sociedade burguesa não são naturais, mas, ao contrário, derivam de um desenrolar histórico e um dia terão seu fim.

Materialismo histórico

Ao analisar as contradições e conflitos que fazem surgir novas configurações sociais e novas formas de produção, Marx colocou o desenvolvimento do capitalismo dentro da história e desnaturalizou a existência da ordem burguesa. Como podemos notar no trecho abaixo, Marx ironiza, dizendo que as relações de produção feudais são tratadas como históricas, uma vez que já desapareceram, ao passo que as capitalistas são vistas como naturais, imutáveis e imortais.

Dizendo que as relações atuais — as relações da produção burguesa — são naturais, os economistas dão a entender que se trata de relações nas quais se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas de acordo com as leis da natureza. Logo, estas relações são elas mesmas leis naturais independentes da influência do tempo. São apresentadas como leis eternas que devem reinar sempre a sociedade. Assim, já existiu história, mas não existe mais. Existiu história, pois que existiram instituições feudais, e que nestas instituições se encontram relações de produção inteiramente diferentes daquelas da sociedade burguesa, que os economistas querem fazer passar por naturais e, portanto, eternas (Marx, 1985, p. 42).

c) Manifesto do Partido Comunista

O Manifesto do Partido Comunista, um documento político redigido por Marx & Engels, representa o lugar correto para vermos em atuação as contradições entre as classes que integram o capitalismo (burguesia e proletariado), bem como entendermos o trajeto histórico que faz da burguesia uma classe revolucionária que se emancipa do julgo das relações feudais e absolutistas, mas que agora precisa se libertada pela ação revolucionária do proletariado.

No prefácio à edição alemã de 1883, Engels que lamenta assiná-lo sozinho, por Marx já estar repousando no cemitério de Highgate, define o pensamento fundamental do Manifesto da seguinte maneira: A produção econômica, e a articulação social que dela decorre, em qualquer época histórica forma a base da história política e intelectual dessa época; que, consequentemente, toda a história (desde a dissolução da antiquíssima posse comum do solo) tem sido uma história de lutas de classes, lutas entre classes exploradas e exploradoras, dominadas e dominantes, em diversos estágios do desenvolvimento social; que esta luta, porém, atingiu agora um estádio em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não se pode libertar da classe exploradora e opressora (a burguesia) sem simultaneamente libertar para sempre a sociedade toda da exploração, da opressão e das lutas de classes — este pensamento fundamental pertence única e exclusivamente a Marx (Engels, 1997, p. 10).

Aplicação do Materialismo Histórico

Marx & Engels no Manifesto do Partido Comunista, como vimos ao tratar o tema da dialética, inserem as contradições e as mudanças sociais dentro de uma perspectiva histórica. Como exemplo da operação do método do materialismo histórico transcreveremos na sequencia um trecho do manifesto onde isso é bem nítido;

A grande indústria estabeleceu o mercado mundial que o descobrimento da América preparara. O mercado mundial deu ao comércio, à navegação, às comunicações por terra, um desenvolvimento imensurável. Este, por sua vez, reagiu

sobre a extensão da indústria, e na mesma medida em que a indústria, o comércio, a navegação, as ferrovias se estenderam, desenvolveu-se a burguesia, multiplicou os seus capitais, empurrou todas as classes transmitidas da Idade Média para segundo plano. Vemos, pois, como a burguesia moderna é ela própria o produto de um longo curso de desenvolvimento, de uma série de revolucionamentos no modo de produção e de intercâmbio (Marx & Engels, 1997, p. 31).

O Manifesto do Partido Comunista é considerado um dos escritos que inaugura a modernidade, uma era de transformações incessantes, velozes e ininterruptas, onde a novidade impulsiona e seduz corações e mentes, um universo em que o tempo parece se movimentar mais rápido e o novo se desvanece envelhecendo muito rápido. É tanto assim, que uma frase do manifesto comunista adquiriu grande difusão, “tudo que é sólido se desmancha no ar”. Na sequência apresento-lhes o trecho em que a frase aparece, para que seja possível terem a dimensão, da contínua e perpétua transformação que a sociedade capitalista engendra;

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, portanto as relações sociais todas. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a condição primeira de existência de todas as anteriores classes industriais. O permanente revolucionamento da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos distinguem a época da burguesia de todas as outras. Todas as relações fixas e enferrujadas, com o seu cortejo de vetustas representações e intuições, são dissolvidas, todas as recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar (Marx & Engels, 1997, p.32).

(1997) a sociedade burguesa já teria que ter desaparecido e perecido de inércia, pois os que nela trabalham não ganham o suficiente, e os que nela ganham não trabalham. Os nossos autores argumentam no Manifesto do Partido Comunista, que no interior do capitalismo a condição essencial para existência e dominação da classe burguesa é a acumulação de riquezas, por sua vez produzidas por intermédio da exploração do trabalho. Isso ficará mais claro quando na unidade seguinte abordarmos o conceito de mais-valia elaborado por Marx em O Capital. Entretanto, antes disso, compreenderemos na sequencia os pares de conceitos; forças produtivas e relações de produção; estrutura e superestrutura.

d) Forças produtivas e Relações Sociais de Produção

Como vimos até aqui, Marx nunca se refere à produção material de forma descolada da história dos homens, embora a fabricação dessa história não dependa única e exclusivamente da ação de cada indivíduo. Essa produção material que se desenrola historicamente, expressa um estágio determinado do desenvolvimento social que, por sua vez deriva da produção dos indivíduos vivendo em sociedade. Os indivíduos para produzirem sua existência material entraram em contato com as **forças produtivas** e travaram **relações de produção**, assim Marx formula esses dois conceitos com a finalidade analítica de tornar a realidade mais inteligível.

Para entendermos os conceitos de forças produtivas e **relações de produção**, bem como adiantarmos os de estrutura e superestrutura que veremos na sequencia, reproduzirei um trecho do prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, escrito em 1859, no qual Marx apresenta esses conceitos alinhavando-os com a relação entre sociedade e história, escreve nosso autor;

Na produção social da sua própria existência, os homens entram em relações determinadas, indispensáveis, independentes de sua vontade; essas **relações de produção** correspondem a um grau determinado do desenvolvimento de suas **forças produtivas materiais**. O conjunto dessas relações constitui a **estrutura econômica** da sociedade, a



A eterna novidade e o novo de novo

A busca pela novidade e suas consequências nefastas apareceram no teatro, na música, na literatura, nas artes plásticas, abaixo alguns links que apresentam essas manifestações;

Musica: A novidade Gilberto Gil - <http://lettras.mus.br/gilberto-gil/46179/>

Literatura e cinema: O Fausto de Goethe - <http://www.youtube.com/watch?v=kkJtU-3NOSk>

Pintura – Operários – Tarsila do Amaral - <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2012/05/22/934979/conheca-operarios-tarsila-do-amaral.html>

base real sob a qual se eleva uma **superestrutura** jurídica e política (Marx, 1983, p. 19).

Marx entende que as forças produtivas são formadas de um lado, por edificações, maquinários, matérias-primas, ferramentas e espaço físico, que, no entanto, não produzem valor por si só e necessitam ser impulsionados pela força de trabalho. As forças produtivas são, dessa forma, o resultado do encontro entre riqueza natural, máquinas, equipamentos e construções, que são impulsionados pelo trabalho humano. Se pensarmos no exemplo de uma usina de açúcar e álcool, as forças produtivas serão o encontro entre os recursos naturais, solo, água, energia solar, que são apropriados através do emprego de um maquinário, que os processa em certas construções, estando presente em todas as fases do processo a exploração da força de trabalho do homem. Marx considera que no transcorrer histórico existe um continuo movimento de crescimento das forças produtivas, assim, um engenho do tempo da colonização, embora produzisse açúcar, era constituído de outro tipo de forças produtivas, utilizava outros maquinários, apropriava-se da natureza de outra forma, explorava o trabalho de diferente maneira.

Já o conceito de relações de produção diz respeito às formas estabelecidas de distribuição dos meios de produção (máquinas, equipamentos, espaço físico-natural), bem como do produto gerado. Essa distribuição está relacionada ao tipo de organização e divisão social do trabalho vigente em um período histórico determinado. As relações de produção expressam, portanto, o modo como os homens se organizam entre si para produzir, que formas existem em uma dada sociedade, de apropriação de ferramentas, tecnologia, terras, matérias-primas, quem toma as decisões que afetam a produção, como a massa do que é produzido será distribuída, qual proporção será destinada a cada grupo (Quintaneiro & Oliveira, 2003). Os homens se relacionando para produzir irão sempre formar as relações de produção, que numa sociedade capitalista são relações de poder econômico, que incidem sobre a força de trabalho e os meios de produção, de cujo privilégio alguns gozam, enquanto os demais carecem (Cohen, 2010, p. 65).

Composição forças produtivas e relações de produção

Forças produtivas: meios de produção (máquinas, equipamentos, terras, matérias primas) + Força de trabalho.

Relações de produção: formas de organização do trabalho e de distribuição dos bens produzidos. Por exemplo, no Brasil colônia a produção de açúcar era baseada no trabalho escravo e no cenário atual, as relações se pautam, em sua grande maioria, pelo trabalho assalariado. As relações de produção se alteraram em função de um avanço das forças produtivas.



Forças Produtivas e Relações de Produção

Façamos uma relação entre o trecho acima citado de Marx e a charge abaixo. Em um dado estágio de desenvolvimento das forças produtivas (meios de produção + força de trabalho) irão corresponder certas relações de produção que correspondem às formas de organização do trabalho e de distribuição do montante produzido.

Disciplina 1

e) Marx e a compreensão dos conceitos de estrutura e superestrutura

Agora que compreendemos os conceitos de forças produtivas e relações de produção já estamos aptos a nos debruçarmos sobre o entendimento dos conceitos de estrutura e superestrutura. Para Marx, o conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção de uma sociedade forma sua base ou estrutura que, por sua vez, é o fundamento sobre o qual se constituem as instituições políticas e sociais (Quintaneiro & Oliveira, 2003). Assim

sendo, poderíamos afirmar que as forças produtivas (meios de produção e força de trabalho) somadas às formas como os homens organizam a produção e distribuem os resultados, formam o alicerce de uma sociedade. Na visão de Marx será, portanto, sobre essa base econômica que se edificarão as ideias, visões de mundo, ideologias, concepções religiosas, sistemas morais, representações coletivas, sentimentos, normas, ordem jurídica e sistemas políticos – a esse conglomerado de símbolos, ideias, significações e visões de mundo, nosso autor dará o nome de superestrutura.

No raciocínio de Marx, a base material da sociedade será o foco irradiador do qual derivam as ideias, as normas jurídica, os sistemas políticos e as ideologias, que por sua vez, teriam como fonte explicativa a base econômica e material da sociedade – trocando em miúdos, na concepção de Marx a forma como produzimos nossa existência material influencia diretamente na maneira como enxergamos o mundo. Por colocar o foco irradiador na base econômica e na produção material, o pensamento de nosso autor acabou sendo relacionado por alguns críticos à noção de determinismo econômico, como se a economia, única e exclusivamente, determinasse a maneira como pensamos e agimos no campo político, estético, erótico, cultural e jurídico. Entretanto, será já depois da morte de Marx e visualizando uma interpretação equivocada dos conceitos de estrutura e superestrutura, que Engels irá rebater as críticas que associavam o pensamento de ambos ao determinismo econômico. Em carta a Joseph Bloch, em setembro de 1890, escreve Engels:

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas,

concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma (Engels, 1978, p. 760-765).

Marx e a economia capitalista

Nessa unidade vimos como Marx constrói uma gama de conceitos para pensar a vida e a produção material no interior da sociedade capitalista. Dedicando-se a essa tarefa nosso autor empreendeu esforços para produzir um conhecimento capaz de decifrar os enigmas da realidade econômica prevalecente na sociedade capitalista. Novamente, por meio da crítica aos economistas clássicos e ao papel desempenhado pela burguesia, notamos a presença da crítica como forma de tornar os processos inteligíveis, decodificando suas minúcias e reconstruindo o movimento histórico. Para Marx a crítica é o elemento constitutivo da teoria que se preenche e se fertiliza por intermédio de seu contato com a vida prática.



Referências

COHEN, Gerald. Forças produtivas e relações de produção. *Crítica Marxista*, São Paulo, n.31, pp.63-82, 2010.

ENGELS, F. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. [1890]. pp. 760-765. in TUCKER, Robert C. (org.) *The Marx-Engels reader*. New York: W.W. Norton & Company, 1978. Tradução; Vinícius Raduan. setembro de 2009. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>

GORENDER, Jacob. Apresentação. In. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 (Os economistas).

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: 1983.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 (Os economistas).

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. *Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 (Os economistas).

MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Lisboa: Editorial Avante, 1997.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria L. O.; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

TEIXEIRA, Aloísio. Marx e a economia política: a crítica como conceito. *Econômica*. n° 4, Niterói, pp. 85-109, 2000.

UNIDADE 3:

Disciplina 1

Classe e valor trabalho como categorias de análise no pensamento de Karl Marx

a) Classes e estrutura social na sociedade capitalista

Para Marx uma característica fundante da estrutura social da sociedade capitalista diz respeito à separação entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção. Tal fato constitui a condição prévia e indispensável ao surgimento do modo de produção capitalista e lhe marca o caráter de organização social historicamente transitória. Isto porque somente tal separação permite que o agente do processo de trabalho, como pura força de trabalho, desprovida de posse material, se disponha ao assalariamento regular, enquanto que para os proprietários dos meios de produção, a exploração da força de trabalho assalariada é a condição básica para a acumulação de capital (Gorender, 1996, p. 17).

Marx (1980) descreve uma gama de medidas e estratégias políticas levadas a cabo na Europa durante os séculos XVII e XVIII que consistiram na expropriação da população camponesa e na retirada violenta de seus meios de reprodução social, sobretudo, a posse das terras. Esse processo denominado acumulação primitiva representa a gênese histórica e mola propulsora do modo de produção capitalista desempenhando um papel análogo àquele do pecado original reverenciado na teologia cristã. Na leitura metafórica de Marx os camponeses foram expulsos do paraíso e sendo privados da posse das terras se viram forçados a venderem a única coisa que lhes restava; a força de trabalho. Esse assalariamento forçado marcaria a entrada da classe trabalhadora nos descaminhos da ordem capitalista burguesa.

Como vimos anteriormente, no processo de produção os homens estabelecem entre si relações sociais através das quais extraem da natureza o que necessitam. Desde aí, Marx reflete sobre o significado - para o indivíduo e a sociedade - da apropriação por parte de não produtores (pessoas, empresas ou o Estado) de uma parcela do que é produzido socialmente, e desenvolve sua concepção de classe, exploração, opressão e alienação (Quintaneiro & Oliveira, 2006, p. 38). O fundamento da ideia de classe, embora Marx não tenha deixando uma teorização finalizada sobre esse ponto, refere-se às desigualdades que se instauram no processo de produção



Metas da Aula

Como vimos até aqui, Marx não supõe que a razão esgote a compreensão do real, em virtude da extrema complexidade do mundo prático-concreto. Para compreender a realidade da sociedade capitalista o universo empírico é capturado através do uso de categorias analíticas. Nessa unidade abordaremos a teoria do valor trabalho e veremos como Marx cria diversas categorizações e conceitos para explicar o fato de que na sociedade capitalista o que gera valor é o trabalho. A partir daí desenvolve a noção de que toda a ordem burguesa se apoia na exploração e opressão da classe proletária. Assim, a sociedade capitalista se caracteriza pelo conflito entre os detentores dos meios de produção e os despossuídos, de um lado, a classe burguesa, de outro, o proletariado.

Disciplina 1

material entre os detentores e proprietários dos meios de produção e os que são excluídos dessa propriedade.

A sociedade capitalista se fundamenta, portanto, na exploração do trabalho assalariado por parte dos detentores dos meios de produção. De um lado se situa a classe possuidora e exploradora – os capitalistas, do outro, a classe despossuída e explorada – os proletários. Na visão de Marx, para que o trabalho acumulado nos bens de produção, máquinas e equipamentos, assuma a função de capital é preciso que se converta em instrumento de exploração do trabalho assalariado. Em vez de coisa, o capital é relação social, relação de exploração dos operários pelos capitalistas (Gorender, 1996, p. 34). O ambiente que Marx concebe é o da disputa entre dois polos; de um lado a burguesia detentora dos meios de produção, de outro, os proletários despossuídos de propriedade. Nos seus dizeres a nossa época, a época da burguesia, distingue-se por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda se cinde, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que diretamente se enfrentam: burguesia e proletariado (Marx & Engels, 1997, p.30).

Esse esquema dicotômico entre uma classe detentora dos meios de produção e outra despossuída, obviamente, não abarca toda a amplitude das relações de produção existentes em uma sociedade concreta, mesmo porque há no interior da sociedade capitalista a convivência entre distintas formas de produção e exploração, influenciando a configuração da estrutura social e a formação das classes. Poderíamos dizer, por exemplo, que mesmo nos mais modernos setores da economia capitalista ainda encontramos, nos dias atuais, o uso de força de trabalho mantida em condições análogas à escravidão, cortadores de cana nos canaviais paulistas ou costureiras de grandes grifes em condições sub-humanas nos prédio de Bangladesh, que representam sinais da convivência entre modos de produção distintos, mas complementares entre si. O próprio Marx menciona isso ao escrever o prefácio à primeira edição de *O Capital* afirmando que;

Além das misérias modernas, opõe-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados,

com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos (Marx, 1996, p.130).

Nos ambientes da classe burguesa, detentora dos meios de produção, Marx é muitas vezes tido como figura não grata, mas nosso autor não tarda em esclarecer que não se posiciona contrariamente a nenhum capitalista tomado de forma individual, mas os considera como pertencentes a uma classe que partilha certos interesses e visões de mundo, assim, não há no pensamento de Marx um ódio pessoalizado contra um capitalista, mas a formulação do papel social que a burguesia, como classe, desempenha no interior da sociedade capitalista. Esse raciocínio pode ser notado no fragmento citado a seguir extraído de *O Capital*;

Para evitar possíveis erros de entendimento, ainda uma palavra. Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas (Marx, 1996, p. 132).

Nessa divisão da sociedade em classes, Marx atribui papel revolucionário à classe proletária, que ao tomar o poder teria a capacidade de se libertar, ao mesmo tempo em que libertaria até mesmo a classe burguesa, que romperia com seu desejo autoinvolucrado de exploração e acumulação. Nesse sentido, para nosso autor a vitória do proletariado representaria também o fim da angustia burguesa derivada, por sua vez, da busca incessante por lucro e acumulação de riquezas. Nas palavras de Marx o papel revolucionário da classe proletária é descrito da seguinte forma;

De todas as classes que hoje em dia defrontam a burguesia só o proletariado é uma classe realmente revolucionária [...]. Se o proletariado na luta contra a burguesia necessariamente se unifica em classe, por uma revolução se faz classe dominante e como classe dominante suprime violentamente

as velhas relações de produção, então suprime juntamente com estas relações de produção as condições de existência da oposição de classes, e, com isto, a sua própria dominação como classe. Para o lugar da velha sociedade burguesa com as suas classes e oposições de classes entra uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos (Marx & Engels, 1997, p. 59).

b) Trabalho e alienação

De Smith e Ricardo, no diálogo que vimos com a Economia Clássica, Marx adota a teoria do valor-trabalho: a ideia de que o trabalho exigido pela produção das mercadorias mede o valor de troca entre elas no mercado e constitui o eixo em torno do qual oscilam os preços expressos em dinheiro (Gorender, 1996, p.27). Na acepção de nosso autor o trabalho tem a propriedade de criar valor, ao mesmo tempo em que representa a única característica presente em todas as mercadorias. É o trabalho o conteúdo genético que origina todas as mercadorias. Se quisermos nos perguntar qual atributo integra de forma comum uma bola de futebol, um vestido de noiva, um avião, um carro, uma espaçonave e uma bala, responderemos que esse conteúdo uniformizador é o trabalho socialmente necessário para produzi-las. O próprio Marx formula essa indagação, como se pode ver no trecho disposto a seguir, que também nos adianta a distinção que faremos no próximo tópico entre o valor de uso e o valor de troca das mercadorias, assim, escreve nosso autor;

Qual é a substância social comum a todas as mercadorias? É o trabalho. Para produzir uma mercadoria tem-se que inverter nela, ou a ela incorporar, uma determinada quantidade de trabalho. E não simplesmente trabalho, mas trabalho social. Aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para consumi-lo, cria um produto, mas não uma mercadoria. Como produtor que se mantém a si mesmo, nada tem com a sociedade. Mas, para produzir uma mercadoria, não só se tem de criar um artigo que satisfaça a uma necessidade social qualquer, como também o trabalho nele incorporado deverá representar uma parte integrante da

soma global de trabalho invertido pela sociedade. Tem que estar subordinado à divisão de trabalho dentro da sociedade (Marx, 1996, p. 92).

Ao localizar seus esforços investigativos no desvendamento das características do trabalho empregado na produção de mercadorias, bem com na elucidação da existência de uma apropriação privada por parte da classe burguesa dos produtos gerados pelo esforço da classe proletária, Marx contribuirá com a formulação de duas grandes descobertas, denominadas alienação e mais-valia.

O fundamento da alienação, para Marx, encontra-se na atividade humana prática do trabalho. Para Marx, a alienação deriva de um fato econômico marcado pelo estranhamento entre o trabalhador e sua produção, poderíamos, por exemplo, dizer que um trabalhador da indústria automobilística não reconhece o seu trabalho ao cruzar na rua com um automóvel produzido por ele mesmo. O resultado do trabalho, que no nosso exemplo se materializa em um carro, se torna independente do produtor, hostil a ele, estranho, poderoso e que, ademais, pertence a outro homem que o subjuga - o que caracteriza uma relação social de exploração (Quintaneiro & Oliveira, 2003). No processo de alienação, o trabalhador se separa do produto de seu trabalho, ao mesmo tempo em que o resultado final se torna estranho e distante do trabalhador, que não reconhece no produto gerado o esforço de sua labuta cotidiana.

Como esclarecem Quintaneiro e Oliveira (2003), Marx sublinha três aspectos da alienação: 1) o trabalhador relaciona-se com o produto do seu trabalho como sendo algo alheio a ele, que o domina e lhe é adverso, o trabalhador é alienado em relação às coisas que produz; 2) a atividade do trabalhador não está sob seu domínio, ele a percebe como estranha a si próprio, assim como sua vida pessoal e sua energia física e espiritual, sentidas como atividades que não lhe pertencem; o trabalhador é alienado em relação a si mesmo; 3) a vida genérica ou produtiva do ser humano torna-se apenas meio de vida para o trabalhador, ou seja, seu trabalho - que é sua atividade vital consciente e que o distingue dos animais - deixa de ser livre e passa a ser unicamente meio para que sobreviva. Dessa maneira, no processo de produção

capitalista, não é o trabalhador que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção — convertidos em capital pela relação social da propriedade privada — é que usam o trabalhador. Dentro da fábrica, o trabalhador se torna um apêndice da máquina e se subordina aos movimentos dela, em obediência a uma finalidade — a do lucro — que lhe é alheia (Gorender, 1996, p. 34).

Marx e os Tempos Modernos de Chaplin

Box - Marx e os Tempos Modernos de Chaplin

Aqui podemos buscar uma aproximação entre a ideia de alienação de Marx e um clássico do cinema, eternizado pela magistral interpretação de Charles Chaplin. Em duas cenas antológicas do filme Tempos Modernos, podemos notar evidências do processo de alienação. Na primeira delas o personagem de Chaplin aperta freneticamente os parafusos de uma peça que passa diante dele na esteira da linha de montagem, o ritmo de trabalho é ditado pela máquina e para acompanhá-la o trabalhador precisa se desdobrar. O desconhecimento do resultado final do trabalho é tamanho que a certa altura do filme aparece no galpão da fábrica uma secretária, o personagem de Chaplin ao olhar para a secretária enxerga apenas o formato dos botões no vestido da moça, similares na visão do operário aos parafusos que irrefletidamente ele aperta, assim, o operário alienado segue de maneira mecânica tentando apertar os botões do vestido da moça que foge em disparada. Na segunda cena, tentando ajustar o funcionamento do maquinário da fábrica o personagem de Chaplin é engolido pelas engrenagens, numa metáfora que denota o fato da indústria moderna devorar e triturar as energias do trabalhador.

Dirá Marx o homem rico não é aquele que tem é aquele que é. O domínio da humanidade é o domínio do ser, não o domínio do ter, portanto, esse constitui um dos elementos da crítica a categoria de propriedade. A teoria marxiana conduz à desmistificação do fetichismo da mercadoria e do capital um traço que veremos nos próximos tópicos. Desvenda-se o caráter alienado de um mundo em que as coisas se movem como pessoas e as pessoas são dominadas pelas coisas que

elas próprias criam (Gorender, 1996). No entanto, a não compreensão do caráter alienante do trabalho no interior da sociedade capitalista pode conduzir o proletariado ao embrutecimento e a competição exacerbada entre sujeitos situados na mesma condição de subalternidade. A esse respeito, Marx escreve em um texto denominado Trabalho, Salário e Capital, publicado em 1849;

Na medida, portanto, em que o trabalho dá menos satisfação e se torna mais repugnante, nessa mesma medida aumenta a concorrência e diminui o salário. O operário procura manter a massa do seu salário trabalhando mais seja trabalhando mais horas seja fornecendo mais na mesma hora. Pressionado pelas privações, aumenta ainda mais os efeitos funestos da divisão do trabalho. O resultado é: quanto mais trabalha tanto menos salário recebe, e precisamente pela simples razão de que na medida em que faz concorrência aos seus companheiros operários faz, portanto, dos seus companheiros operários outros tantos concorrentes, os quais se oferecem em condições tão más como ele próprio, porque ele, por conseguinte, em última instância faz concorrência a si mesmo, a si mesmo como membro da classe operária (Marx, 1974, p. 154).

Proletário como apêndice da máquina

Marx concebeu um cenário de contínua autonomização da máquina e subordinação do trabalhador. Isso pode ser notado no fragmento abaixo extraído do Manifesto do Partido Comunista;

O trabalho dos proletários perdeu, com a extensão da maquinaria e a divisão do trabalho, todo o caráter autônomo e, portanto, todos os atrativos para os operários. O trabalhador torna-se um mero acessório da máquina ao qual se exige apenas o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender. Os custos que o operário ocasiona reduzem-se por isso quase só aos meios de vida de que carece para o seu sustento e para a reprodução da sua raça (Marx & Engels, 1997, p.36).

A obrigatoriedade do trabalho para extração da própria sobrevivência se transforma em um tormento para o proletário,

uma vez que ao ser privado da posse dos meios de produção sua livre escolha, o exercício de seu livre-ser, se traduz numa alternativa única: vender no mercado a mercadoria que lhe resta; sua força de trabalho. Para Marx, a vida do proletário exercendo sua atividade no interior da sociedade capitalista se reduz, portanto, à produção de mercadorias das quais ele é continuamente privado, assim, os produtos do seu trabalho lhe são expropriados restando-lhe o estritamente necessário para a reprodução de sua existência física e material. Na pena de nosso autor essa ideia é formulada da seguinte forma;

O que o operário produz para si próprio não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si próprio é o salário; e a seda, o ouro, o palácio, reduzem-se para ele a uma determinada quantidade de meios de vida, talvez a uma camisola de algodão, a uns cobres, a um quarto numa porão. E o operário, que, durante doze horas, tece, fia, perfura, torneia, constrói, cava, talha a pedra e a transporta, etc., - valerão para ele essas doze horas de tecelagem, de fiação, de trabalho [...], como manifestação da sua vida, como vida? Bem pelo contrário. Para ele, quando termina essa atividade é que começa a sua vida, à mesa, no bar, na cama. As doze horas de trabalho não têm de modo algum para ele o sentido de tecer, de fiar, de perfurar, etc., mas representam unicamente o meio de ganhar o dinheiro que lhe permitirá sentar-se à mesa, ir ao bar, deitar-se na cama (Marx, 1982, p. 153).

Marx: Tempo livre de ser e apropriação da produção

Para ilustrar essa parte da obrigatoriedade do trabalho e da apropriação privada do produto gerado lançaremos mão do uso de duas canções brasileiras. A primeira dos Paralamas do Sucesso denominada Capitão de Indústria nos instiga a refletir sobre a cotidianidade da vida de um trabalhador;

Eu às vezes fico a pensar
Em outra vida ou lugar
Estou cansado demais
Eu não tenho tempo de ter

O tempo livre de ser
De nada ter que fazer
É quando eu me encontro perdido
Nas coisas que eu criei
E eu não sei
Eu não vejo além da fumaça
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas
Ah, Eu acordo prá trabalhar
Eu durmo prá trabalhar
Eu corro prá trabalhar

A segunda música é de autoria de Zé Geraldo e nos narra a história de um pedreiro que trabalhou na construção de prédios onde sua entrada é vetada e de escolas onde seus filhos não podem estudar;

Tá vendo aquele edifício moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Eram quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar
Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me chega um cidadão
E me diz desconfiado, tu tá aí admirado
Ou tá querendo roubar?
Meu domingo tá perdido
Vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar o meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio
Que eu ajudei a fazer
Tá vendo aquele colégio moço?
Eu também trabalhei lá
Lá eu quase me arrebento
Pus a massa fiz cimento
Ajudei a rebocar
Minha filha inocente
Vem pra mim toda contente



Saiba mais

Ouça a música no link <http://letras.mus.br/os-paralamas-do-sucesso/47931/> e reflita sobre os conceitos de alienação apresentados por Marx.



Saiba mais

Ouça a música completa no link <http://letras.mus.br/zegeraldo/68686/> e promova relações com a ideia de apropriação privada dos frutos do trabalho da classe proletária.

Pai vou me matricular
Mas me diz um cidadão
Criança de pé no chão
Aqui não pode estudar

c) Mais-Valia

Para Marx (1980) o trabalhador exerce sua atividade sob o controle do capitalista, a quem pertence os resultados do trabalho. O detentor dos meios de produção zela para que o trabalhador realize seus afazeres de maneira apropriada, não desperdiçando matérias primas ou danificando os instrumentos de trabalho. Para entender o conceito de mais-valia, uma inovação do pensamento de Marx, faremos uma rápida demonstração dos esquemas de circulação de mercadorias apresentados por nosso autor. O primeiro esquema da circulação simples é apresentado da seguinte forma;

M-D-M ou mercadoria – dinheiro – mercadoria

O dinheiro aparece como mero intermediador da troca, por exemplo, sou produtor de hortaliças, mas desejo sal, troco minhas hortaliças por dinheiro e uso esse recurso para comprar o sal. O circuito tem como ponto de partida uma mercadoria e por ponto final outra mercadoria, portanto, seu objetivo final é a realização do consumo. A sua linha é totalmente percorrida logo que o dinheiro obtido com a venda de uma mercadoria é empregado na compra de outra, por conseguinte, fecha-se em si mesmo.

Já o segundo esquema apresentado por Marx tem a representação D – M – D ou dinheiro – mercadoria – dinheiro.

Possuo dinheiro que emprego na produção ou compra de mercadorias para, na medida em que as vendo obter uma quantia maior de dinheiro. O processo D – M – D, portanto, não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa entre seus extremos, mas a diferenças quantitativas, no final se retira mais dinheiro da circulação do que se lançou nela no início (Marx, 1980, p. 170). O circuito não se fecha em si mesmo, o dinheiro em maior quantidade obtido nessa

primeira transação, volta a ser investido na produção de novas mercadorias, que novamente serão comercializadas gerando um novo acréscimo de dinheiro.

Esse excedente ou acréscimo sobre o valor primitivo Marx chama de mais-valia (ou valor excedente). O valor originalmente empregado na produção não só se mantém na circulação, mas nela altera a própria magnitude, acrescenta-se um mais de dinheiro, valoriza-se. Por intermédio desse segundo circuito o dinheiro deixa de ser mero intermediador das transações e se constitui em capital, que por intermédio da produção acresce um valor extra ao dinheiro inicialmente investido. Agora que entendemos o processo que transforma o dinheiro em capital nos interessa desvendar como no interior da sociedade capitalista se torna possível produzir essa mais-valia.

A mais valia decorre do emprego do capital na produção de mercadorias, que serão compostas por matérias primas e exploração da força de trabalho. O possuidor de dinheiro compra a força de trabalho pelo seu valor, que, como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção (isto é, pelo custo da manutenção do operário e da sua família). Tendo comprado a força de trabalho, o possuidor do dinheiro fica com o direito de consumi-la, isto é, de obrigar-a a trabalhar. Para empregar a força de trabalho no processo de produção de mercadorias os capitalistas pagarão um preço acordado entre as partes, construído simbolicamente, como um valor justo. Entretanto, Marx demonstra através do conceito de mais-valia que a mercadoria força de trabalho, essa também transacionada no mercado, tem a capacidade de produzir mais valor que aquele empregado na sua aquisição e remunerado com salário. Isso decorre do fato de que as horas trabalhadas pelo proletário tem a capacidade de produzir uma riqueza muito superior ao valor pago como remuneração pelo capitalista.

Para elucidar esse fato nosso autor distingue o tempo de trabalho necessário, durante o qual se dá a reprodução do trabalhador e no qual gera o equivalente a seu salário, do tempo de trabalho excedente, período em que a atividade produtiva não cria valor para o trabalhador, mas para o

proprietário do capital. Em função das relações sociais de produção capitalistas, o valor que é produzido durante o tempo de trabalho excedente ou não-pago é apropriado pela burguesia. Parte desse valor extraído gratuitamente durante o processo de produção passa, então, a integrar o próprio capital, possibilitando a acumulação crescente. O que impede o trabalhador de perceber como se dá efetivamente todo esse processo é sua situação alienada (Quintaneiro & Oliveira, 2003, p. 44).

Engels, Economia Clássica e Mais-Valia

Engels ao escrever o prefácio à edição inglesa de *O Capital*, afirma que os economistas clássicos insistiram, propositalmente, em não se debruçarem sobre as origens do lucro e da renda, recusando-se, assim, a enxergarem o processo de exploração que submete a classe proletária. Em suas próprias palavras lemos: A economia política clássica, - embora tivesse consciência plena de o lucro e a renda serem apenas subdivisões, frações da parte não paga, saída do produto que o trabalhador tem de fornecer ao patrão – apesar disso, nunca chegou a ultrapassar as ideias usuais de lucro e renda, nunca examinou essa parte não paga do produto (chamada, por Marx, de mais-valia), em seu conjunto, como um todo, e, por isso, nunca atingiu uma compreensão clara, nem da sua origem e natureza, nem das leis que regem a posterior distribuição de seu valor (Engels, 1980, p. 27).

Para ilustrar e fixar a compreensão desse processo que dá origem à mais-valia analisemos o quadrinho apresentado a seguir; que ilustra de forma bem humorada essa descoberta de Marx, que dá novos contornos aos mecanismos de valorização do capital;



Fonte: <http://soprahistoriar.blogspot.com.br/2009/12/pensando-o-trabalho.html>

A mais-valia vale para quem

A música de Zeca Baleiro intitulada Eu despedi o meu patrão, apresenta a ideia da mais valia de Marx e faz ainda um trocadilho bem sugestivo, confira a letra a abaixo e ouça a música no link:

Eu Despedi O Meu Patrão!
Eu despedi o meu patrão



Saiba mais

Escute a música na íntegra no link <http://lettras.mus.br/zeca-baleiro/96732/> e reflita sobre a função da mais-valia como estratégia de ampliação dos domínios do capital e de perpetuação da alienação.

Desde o meu primeiro emprego
Trabalho eu não quero não
Eu pago pelo meu sossego... (2x)
Ele roubava o que eu mais valia
E eu não gosto de ladrão
Ninguém pode pagar
Nem pela vida mais vazia
Eu despedi o meu patrão...

d) A mercadoria: Distinção entre valor de uso e valor de troca

O entendimento da lógica de funcionamento da sociedade capitalista é levado a cabo por Marx recorrendo-se à análise do substrato mais elementar e, ao mesmo tempo, mais fulcral do capitalismo, qual seja, a produção de mercadorias. Para nosso autor, a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa produção de mercadorias, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar de toda a riqueza produzida (Marx, 1980). Nossa autor afirma que, a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a sua natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (Marx, 1980, p. 42).

Em seu exercício de categorização e análise da produção capitalista, Marx irá conceber a mercadoria dividindo-a em dois tipos de valor, a saber; o valor de uso e o valor de troca. Essa distinção é de suma importância porque denota o fato de que as mercadorias não são produzidas para desfrute e satisfação das necessidades imediatas dos que as fabricam, mas, ao contrário disso, são destinadas ao mercado para gerarem lucros e rendas. Não obstante, a utilidade será o que define a criação de seu valor de uso, desse modo, o caráter de utilidade não marca nenhuma relação com a quantidade de trabalho

empregado na obtenção ou fabricação da mercadoria. Para o valor de uso de uma mercadoria se realizar é tão somente necessário que sirva a satisfação de uma necessidade por meio do consumo não mediado pelo mercado. Se, por exemplo, planto macaxeira para meu próprio consumo, não tendo em vista o mercado, mas única e exclusivamente satisfação das minhas necessidades alimentares, essa produção possui apenas um valor de uso. Para nosso autor, aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para consumi-lo, cria um produto, mas não uma mercadoria (Marx, 1974, p.80) No entanto, no interior da sociedade capitalista as mercadorias são produzidas, sobretudo, com o objetivo de serem comercializadas, assim, nas transações de mercado põem-se de lado os valores de uso das mercadorias e aparecem os valores de troca. Como valores de uso, as mercadorias são, antes de qualquer coisa, de qualidades diferentes, por outro lado, como valores de troca, só podem diferir na quantidade, não contendo nenhum átomo de valor de uso (Marx, 1980, p. 44).

Como as mercadorias são produzidas para serem comercializadas interessa saber, portanto, quais os valores de troca assumirão no mercado, e, não a utilidade que têm para a satisfação de uma necessidade. Se prescindirmos do valor de uso de uma mercadoria, só lhe restará uma propriedade comum a de ser produto do trabalho. Nos dizeres do próprio Marx, pondo de lado o valor de uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor de uso. Ele não é mais mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais. Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fandeiro, ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (Marx, 1980, p. 45).

Interessa no mercado o valor de troca que a mercadoria atinge, independentemente, de sua utilidade. Assim, na abordagem de Marx, para atribuir o valor de uma mercadoria é preciso saber a quantidade de trabalho que integra sua fabricação, mas não se trata de qualquer trabalho, mas somente do trabalho socialmente necessário à consecução da tarefa. Como esclarece Marx, sendo o valor de uma mercadoria determinado pela quantidade de trabalho despendido durante a sua produção, poderia parecer que quanto mais preguiçoso ou inábil seja um homem, tanto maior será o valor de sua mercadoria, pois mais tempo ele necessitará para terminá-la. O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem (Marx, 1980, p. 46). Por isso, o valor de troca é medido pela quantidade de trabalho social necessário a realização da mercadoria, por trabalho socialmente necessário nosso autor entende, ser aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho. Para clarificar nosso entendimento, Marx nos brinda com uma ilustração real: na Inglaterra, por exemplo, depois da introdução do tear a vapor, bastava talvez somente metade do trabalho de antes para transformar certa quantidade de fio em tecido. O tecelão manual inglês precisava para essa transformação, de fato, do mesmo tempo de trabalho que antes, porém agora o produto de sua hora de trabalho individual somente representava meia hora de trabalho social e caiu, portanto, à metade do valor anterior (Marx, 1996, p. 169).

A força de trabalho é vista por Marx como uma mercadoria de características especiais por ser capaz de produzir mais valor do que aquele gasto na sua reprodução. Entretanto, como qualquer outra mercadoria seu valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua perpetuação, nesse caso, o tempo de trabalho que será essencial para produzir as condições de sobrevivência do trabalhador, comida, habitação, vestuário, lazer, ainda que esses itens satisfaçam, tão somente, o mínimo das

necessidades requeridas pela classe proletária. Nas palavras de Marx; que é, pois, o valor da força de trabalho? Como o de toda outra mercadoria, esse valor se determina pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência; o homem, como a máquina, se gasta e tem que ser substituído por outro homem. Além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu próprio sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que hão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a descendência dos trabalhadores (Marx, 1996, p. 99).

Para encerrarmos esse tópico interessa ainda um derradeiro esclarecimento. Na perspectiva de Marx, uma coisa pode ter valor de uso, sem possuir valor de troca. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho, por exemplo, o ar, a água no rio, a terra virgem, a madeira que cresce na floresta. Por outro lado, uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz a própria necessidade gera valor de uso, mas não mercadorias. Para criar mercadoria é preciso não só produzir valor de uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor de uso social (Marx, 1980, p. 48).

Agora que entendemos os duplos valores que integram a mercadoria estamos aptos a desvendar um dos principais enigmas que integram a produção capitalista, aquilo que Marx denominou o fetichismo da mercadoria.

e) O caráter fetichista da mercadoria

Se recorrermos ao dicionário para sabermos o que é fetichismo lá encontraremos as seguintes definições; culto de objetos que se supõe representarem entidades espirituais e possuírem poderes de magia ou, numa segunda acepção, admiração exacerbada, irrestrita, incondicional por uma pessoa ou coisa, veneração (Houaiss, 2009). Esses sentidos

se aproximam em muito da forma como Marx abre a sessão de *O Capital*, nominada *O Fetichismo da Mercadoria*: seu segredo, assim, escreve-nos: À primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente comprehensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas (Marx, 1980, p. 79).

A mercadoria se apresenta como mágica, inebriante, foco de adoração e encantamento, sobretudo, porque quando está pronta não deixa transparecer, ou, melhor dito, encobre o fato de que sua produção resulta do trabalho dos homens. Como afirma nosso autor, a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho (Marx, 1980, p. 81). Em outras palavras, uma relação social estabelecida entre os homens empenhados na produção das mercadorias, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre as coisas, como se os homens se relacionassem, unicamente, por intermédio da posse de mercadorias. Isso é o que Marx denomina de caráter fetichista da mercadoria, dado pela incapacidade dos produtores de perceberem que, através da troca dos frutos de seus trabalhos no mercado, são eles próprios que estabelecem uma relação social. Dito de outro modo, o fetichismo do mundo das mercadorias se deve ao fato de que os atributos sociais do trabalho são ocultos detrás de sua aparência material (Quintaneiro & Oliveira, 2003).

O fetichismo ocorre quando produtos úteis se transformam em mercadorias trocadas no mercado. Na esfera da troca mercantil não são mais os homens que se relacionam entre si para obtenção de suas necessidades, mas aparenta ser a mercadoria o lócus e razão de ser da interação entre os homens. Durante o processo de produção, a mercadoria ainda é matéria que o produtor domina e transforma em objeto útil. Uma vez posta à venda no processo de circulação do mercado, a situação se inverte: o objeto domina o

produtor. O criador perde o controle sobre sua criação e o destino dele passa a depender do movimento das coisas, que assumem poderes enigmáticos. Enquanto as coisas são personificadas e adoradas, o produtor se coisifica. Os homens vivem, então, num mundo de mercadorias, um mundo de fetiches (Gorender, 1996, p. 35).

Ao postular que o trabalho socialmente necessário empregado na fabricação das mercadorias deve ser levado em conta para atribuição do valor de troca, Marx procura quebrar esse fetichismo, que justo adorna as mercadorias com um manto sagrado, procurando encobrir a existência do trabalho, como se as mercadorias fossem criadas pelo passe mágico de um Deus. A determinação da quantidade do valor pelo tempo de trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos visíveis da arbitrariedade que impera na composição dos valores. Sua descoberta destrói a aparência de causalidade que reveste a atribuição dos preços na esfera do mercado (Marx, 1980). Para dar maiores contornos a essa dimensão, nosso autor satiriza dando voz às mercadorias, concedendo-lhes vida própria, assim, afirma que se as mercadorias pudesse falar diriam: nosso valor de uso pode interessar aos homens. Não é nosso atributo material. O que nos pertence como nosso atributo material é nosso valor. Isto é o que demonstra nosso intercambio como coisas mercantis. Só como valores de troca estabelecemos relações umas com as outras (Marx, 1980, p. 92).

O mercado reino dos valores de troca é o lugar no qual as mercadorias se apresentam como mágicas, símbolos da adoração e do desejo de consumo, traços esses que, por sua vez, contribuem para inebriar o fato de que as mercadorias nada são, além de frutos da relação social dos homens atuando na produção, que, contudo, não se apossam delas em virtude da exploração do trabalho e apropriação privada das riquezas socialmente produzidas.

A marca do homem coisa

No mercado as relações sociais de produção levadas a cabo pelos homens se coisificam, desumanizam-se, as mercadorias ao perderem a essência de seu valor de uso aparecem como coisas inebriantes que não deixam transparecer a humanidade do trabalho empregado na sua produção. Para ilustrar esse processo e aguçar nossa reflexão, segue abaixo um fragmento do poema *Eu, Etiqueta*, de Carlos Drummond de Andrade;

Onde terei jogado fora
Meu gosto e capacidade de escolher,
Minhas idiossincrasias tão pessoais,
Tão minhas que no rosto se espelhavam
E cada gesto, cada olhar,
Cada vinco da roupa
Sou gravado de forma universal,
Saio da estamparia, não de casa,
Da vitrine me tiram, recolocam,
Objeto pulsante, mas objeto
Que se oferece como signo de outros
Objetos estáticos, tarifados.
Por me ostentar assim, tão orgulhoso
De ser não eu, mas artigo industrial,
Peço que meu nome retifiquem.
Já não me convém o título de homem.
Meu nome novo é Coisa.
Eu sou a Coisa, coisamente.



Referências

GORENDER, Jacob. Apresentação. In. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 (Os economistas).

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: 1983.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 (Os economistas).

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Lisboa: Editorial Avante, 1997.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital; Salário, preço e lucro*. Porto: Escorpião, 1974.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores).

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. Lisboa: Editorial Avante, 1982.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria L. O.; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

UNIDADE 4:

Disciplina 1

Conflito, luta de classe e revolução: Os processos de mudança social em Marx

a) Revolução e golpe

Como espero ter ficado claro nas unidades anteriores, há na obra de Marx a rigorosa aplicação de um método de análise, que baseado na dinâmica histórica, possui trânsito em distintas disciplinas científicas; na sociologia, filosofia, psicologia, ciência política, serviço social, dentre outras. De forma didática, poderíamos identificar três grandes pilares na obra de nosso autor; o primeiro é a formulação do método dialético cuja erosão significaria inviabilizar toda interpretação de Marx e esterilizar sua força investigativa; o segundo diz respeito à ênfase dada a teoria do valor trabalho, uma vez que é por intermédio desse enfoque que Marx define o trabalho como responsável por gerar valor na produção, ao mesmo tempo em que esclarece como a ordem burguesa se apoia na exploração do trabalho e na opressão da classe proletária; o terceiro, mas não menos importante pilar, refere-se à perspectiva de transformação da realidade através do levante revolucionário. Para Marx, o conflito entre burguesia e proletariado é superado por uma revolução na qual a classe trabalhadora com consciência de si constrói-se como sujeito histórico que suprime a ordem burguesa.

Marx tematiza, exaustivamente, um único problema de investigação científica que se restringe ao deciframento da ordem burguesa e sua transformação por meio da ação revolucionária. Para nosso autor a sociedade capitalista é a expressão consolidada, historicamente, do conflito e da luta de classes, que ocorre incessantemente entre o capital e o trabalho; o capitalista, tentando reduzir os salários ao seu mínimo e a prolongar a jornada de trabalho ao seu máximo físico, enquanto o operário exerce constantemente uma pressão no sentido contrário (Marx, 1996, p. 115). Entretanto, a luta do proletariado não deve se restringir à melhoria das condições salariais e materiais, pelo contrário, precisa se endereçar à transformação de toda ordem burguesa, numa tentativa de instaurar uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. Para Marx a classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõem, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade.



Metas da Aula

Nessa unidade abordaremos o papel do conflito e dos processos de mudança social na obra de Marx. Se em Durkheim importa saber como a sociedade se mantém coesa e em harmônico funcionamento, em Marx interessa decodificar a realidade procurando convulsionar seus alicerces para fazer emergir uma nova ordem social. Como veremos, a luta de classe entre de um lado capitalistas, e, de outro, proletários representa a continuidade dos processos de disputa que compõem toda a história universal. Para Marx, o proletário consciente de sua condição é capaz de instaurar um levante revolucionário que, ao mesmo tempo, liberta burgueses e trabalhadores.

Disciplina 1

Em vez do lema conservador de: “Um salário justo para uma jornada de trabalho justa!”, deverá o trabalhador inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: “Abolição do sistema de trabalho assalariado!” (Marx, 1996, p. 118).

Quando a necessidade de expansão das forças produtivas de uma dada formação social choca-se com as estruturas econômicas, sociais e políticas vigentes, estas começam a se desintegrar, para dar lugar a uma nova estrutura, já anunciada nos elementos contraditórios da sociedade que se extingue. Abre-se então uma época revolucionária, de eclosão dos conflitos sociais amadurecidos sob a aparente harmonia anterior (Quintaneiro & Oliveira, 2003, p. 54). Para nosso autor, o momento da revolução é concebido como inerente ao próprio desenvolvimento do capital, onde a transformação é gestada como fruto das contradições presentes no modo de produção capitalista. De forma quase profética escrevem Marx & Engels no Manifesto do Partido Comunista; com o desenvolvimento da grande indústria é retirada debaixo dos pés da burguesia a própria base sobre a qual ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz, antes do mais, os seus próprios coveiros. O seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.

Da mesma forma e fiel ao método do materialismo histórico, Marx salienta que a transformação revolucionária ocorre somente quando as condições materiais de existência entram em conflito com novas configurações e formas de produção. A exposição desse raciocínio pode ser constatada no prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política onde nosso autor afirma que: uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver, e, assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer (Marx, 1983, p. 24).

Quando uma classe consegue impor-se sobre outras classes debilitadas ou historicamente ultrapassadas, ela destrói as formas econômicas, as relações sociais, civis e jurídicas, as visões de mundo e o regime político, substituindo-os por outros, condizentes com seus interesses e seu domínio. O fundamento desse processo de negação e de transição é a vida material, sendo as classes socialmente oprimidas os agentes de tais transformações e da mudança social (Quintaneiro & Oliveira, 2003, p. 55). Na visão de Marx, essa transformação na base material não pode prescindir da luta política na qual se consolidam as armas de assalto à classe dominante, nessa tarefa o saber político torna-se uma condição sem a qual o homem vive, no Estado, fora do Estado, separado de si mesmo, privado de ar (Marx, 2010, p. 79).

A luta política do proletariado é para nosso autor a forma de conquistar e erigir uma nova sociedade, que já não mais se sustenta na exploração e expropriação da força de trabalho. A esse respeito escrevem Marx & Engels (1997); já antes vimos que o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia pela luta. O proletariado usará a sua dominação política para arrancar a pouco e pouco todo o capital à burguesia [...]. Naturalmente isto só pode primeiro acontecer por meio de intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas, através de medidas, ainda que economicamente pareçam insuficientes e insustentáveis, mas que no decurso do movimento levam para além de si mesmas e são inevitáveis como meios de revolucionamento de todo o modo de produção (Marx & Engels, 1997, p. 49).

A propriedade privada dos meios de produção é a mola mestra da perpetuação das desigualdades prevalecentes no sistema capitalista. Na ótica de Marx, a propriedade privada é a categoria universal, o liame universal do Estado, mesmo as funções universais aparecem como propriedade privada, seja de uma corporação, seja de um estamento (Marx, 2010, p. 124). Não obstante, a abolição de relações de propriedade não é uma peculiaridade característica do comunismo. Todas as relações de propriedade estiveram submetidas a uma constante mudança histórica, a uma constante transformação histórica. A Revolução Francesa, por exemplo, aboliu a propriedade

feudal a favor da burguesa. O que distingue o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Mas a moderna propriedade privada burguesa é a expressão última e mais consumada da geração e apropriação dos produtos que reposam em oposições de classes, na exploração de uma maioria pela minoria (Marx & Engels, 1997, p. 43).

b) Luta de classes

Justamente a partir do valor-trabalho é que Marx pôde elucidar a contradição fundamental do modo de produção capitalista como sendo a contradição entre a forma privada de apropriação e o caráter social do processo de produção. E ainda a criação da mais-valia como impulso motor do modo de produção capitalista; a luta de classes entre a burguesia e o proletariado como inerente à formação social capitalista (Gorender, 1996, p. 50). O embate entre capital e trabalho; burguesia e proletariado é na visão de Marx inerente à lógica do modo de produção capitalista, bem como expressão do desenrolar histórico, não é sem razão, que afirma; toda a história (desde a dissolução da antiquíssima posse comum do solo) tem sido uma história de lutas de classes, lutas entre classes exploradas e exploradoras, dominadas e dominantes, em diversos estádios do desenvolvimento social (Marx & Engels, 1997).

Para Marx a luta de classe se expressa primeiramente na disputa por melhores salários, mas, como vimos anteriormente, não deve se deter nesse estágio, procurando alçar voos mais ousados que interroguem a própria dinâmica da acumulação de capital baseada na exploração do trabalhador. Como afirma nosso autor, creio haver demonstrado que as lutas da classe operária em torno do padrão de salários são episódios inseparáveis de todo o sistema do salariado: que, em 99% dos casos, seus esforços para elevar os salários não são mais que esforços destinados a manter de pé o valor dado do trabalho e que a necessidade de disputar o seu preço com o capitalista é inerente à situação em que o operário se vê colocado e que o obriga a vender-se a si mesmo como uma mercadoria. Se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente,

ficariam os operários, por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura (Marx, 1996, p. 118).

A partir da aplicação do método do materialismo histórico, Marx reconhece o papel revolucionário da burguesia em superar as limitações da sociedade feudal absolutista. Entretanto, não naturaliza a dominância do modo de produção capitalista e o insere dentro do desenrolar histórico mostrando sua duração e transição para outra ordem social. Se num determinado tempo foi a burguesia revolucionária, agora trata-se de empunhar armas críticas e materiais contra sua dominação expropriadora e, tão somente, uma classe é capaz de desempenhar esse papel; o proletariado. Essa missão histórica é apresentada por Marx & Engels da seguinte maneira; as relações burguesas de produção e de intercâmbio, as relações de propriedade burguesas, a sociedade burguesa moderna que desencadeou meios tão poderosos de produção e de intercâmbio, assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue dominar as forças subterrâneas que invocara [...]. As armas com que a burguesia deitou por terra o feudalismo viram-se agora contra a própria burguesia. Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trazem a morte; também gerou os homens que manejarão essas armas — os operários modernos, os proletários (Marx & Engels, 1997, p. 34 e 35).

Entretanto, é necessário que o proletariado construa uma consciência política emancipatória e se unifique não como um saco de batatas, a metáfora é de Marx, mas como classe que partilha interesses e visões de mundo, que se articula politicamente na defesa de um ideário transformador e instaura novas formas de viver e produzir. Para diferenciar a organização política do proletariado, da sua mera união derivada do compartilhamento de realidades, Marx distingue conceitualmente as classes em si, conjunto dos membros de uma sociedade que são identificados por compartilhar determinadas condições objetivas, ou a mesma situação no que se refere à propriedade dos meios de produção, das classes para si, classes que se organizam politicamente para a defesa consciente de seus interesses, cuja identidade é construída também do ponto de vista subjetivo (Quintaneiro & Oliveira, 2003, p.41). É organizado em classe para si que o

proletariado se unifica politicamente para empreender a luta contra a exploração e expropriação que lhe são impostas pela classe burguesa.

c) A superação histórica do modo de produção capitalista

É inserindo a sociedade capitalista dentro do processo histórico e utilizando do método do materialismo, que Marx postula a existência de uma inevitável superação do capitalismo e a transição para um novo modo de produção cuja efetividade não estaria mais alicerçada na exploração do trabalho. É com base nessa ideia de abolição da exploração do homem pelo homem, que Marx concebe uma sociedade comunista na qual: cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de atividade exclusiva é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear a noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isto a meu bel-prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico (Marx, 2008, p. 41).

Para nosso autor essa sociedade da liberdade e do exercício das potencialidades humanas, não significa que milagres hão de ocorrer amanhã. Indica, apenas, que nas próprias classes dominantes já se insinua o pressentimento de que a atual sociedade não é um cristal sólido, mas um organismo capaz de mudar e que está em constante processo de metamorfose (Marx, 1996, p. 132). No entanto, na concepção marxiana, essa superação da ordem burguesa exige a ação política revolucionária dos operários, cujo êxito, isto sim, será sempre condicionado pelo desenvolvimento dos fatores econômicos e pelo aguçamento das contradições do sistema capitalista, em todas as instâncias da vida social (Gorender, 1996, p. 83).

Por meio de um processo revolucionário, as condições de apropriação e concentração dos meios de produção existentes em mãos de uma classe desaparecem e, a partir de então, inicia-se um processo de fundação da sociedade sobre novas bases. No caso de uma revolução proletária, na medida em que desaparecessem as garantias da propriedade privada dos

meios de produção, o mesmo aconteceria com a burguesia como classe e com o modo capitalista de produção. Instalar-se-ia, então, uma nova forma de organização social que, numa fase transitória, seria uma ditadura do proletariado, mas, ao realizar todas as condições a que se propôs, tornar-se-ia uma sociedade comunista (Quintaneiro & Oliveira, 2003, p. 49). Para nosso autor a tomada de consciência do proletariado e sua transformação em classe para si representa uma arma crítica que abala os pilares da sociedade capitalista e abre espaço para sua transformação material, não é que o plano das ideias e da formação política seja suficiente, como vimos na primeira unidade, a arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica das armas, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas (Marx, 2010, p. 151).

É com as massas se apoderando da reflexão crítico-política que nosso autor vislumbra a possibilidade de instauração de uma nova ordem político-econômica que prescinda da exploração do trabalho e construa um novo universo simbólico-material. A partir do momento em que o trabalho já não possa ser transformado em capital, em dinheiro, em renda, em suma, num poder social monopolizável, a partir do momento em que a propriedade pessoal já não possa converter-se em propriedade burguesa, a partir desse momento declarais que a pessoa é suprimida. O comunismo não tira a ninguém o poder de se apropriar de produtos sociais; tira apenas o poder de, por esta apropriação, subjugar a si trabalho alheio (Marx & Engels, 1997, p. 45).



Para Refletir

Com essa incursão pelo pensamento de Marx, espero que tenhamos compreendido a necessidade de uma reflexão teórico-política, que tenha potencial para iluminar nossa vida prática-cotidiana e capacidade para impulsionar transformações na sociedade em que vivemos.



Referências

- GORENDER, Jacob. Apresentação. In. *O capital: critica da economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 (Os economistas).
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: 1983.
- MARX, Karl. *O capital: critica da economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 (Os economistas).
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Lisboa: Editorial Avante, 1997.
- MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital; Salário, preço e lucro*. Porto: Escorpião, 1974.
- MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. Lisboa: Editorial Avante, 1982.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria L. O.; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.